



Assembleia Municipal de Lagoa – Açores

**ACTA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE LAGOA – AÇORES, DE 27 DE ABRIL DE 2010**

ACTA Nº 02/2010

Aos vinte e sete dias do mês de Abril do ano de dois mil e dez, pelas vinte horas e trinta minutos, teve início a sessão ordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa - Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, sob a Presidência do Senhor João Manuel Moniz de Sousa, do Primeiro Secretário da Mesa Susana Maria Goulart Pereira da Costa e do Segundo - Secretário Anabela da Silva Calisto.

A sessão iniciou-se com a apresentação pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de boas noites a todos os Membros da Assembleia, ao Senhor Presidente da Câmara e Vereação, tendo procedido de seguida à verificação da presença dos seguintes membros: João Manuel Moniz de Sousa; Vasco Manuel Verdasca da Silva Garcia; Susana Maria Goulart Pereira da Costa; Olga Maria Rodrigues Borges Soares; Leonel da Rosa da Silveira; Eduíno Manuel da Ponte Rego; Gilberto Gouveia Branquinho; Cláudia Maria Medeiros Galego; Natália de Medeiros; Jorge Alberto Barbosa Almeida; Paulo Jorge Soares de Amaral Borges; André Carvalho Almeida; Filomena de Jesus Costa Oliveira Carneiro; Rosa Maria Cabral Borges; Rodolfo Martins Marques da Silva; Norberto Carlos Cordeiro Ponte; Pedro Miguel da Silva Monteiro; Fernanda do Carmo Furtado Jesus Rocha Costa; Roberto Manuel Sousa Oliveira; Roberto Manuel Pereira de Sousa; António Augusto da Ponte Borges e Anabela da Silva Calisto.

Não compareceram à sessão os membros: Francisco Manuel Mendonça Vieira; Maria do Rosário Andrea Mirante Afonso; Durval Carlos Simas Faria e Albertina Maria da Costa Oliveira.

Em representação do executivo Camarário tomou parte na sessão o Presidente da Câmara João António Ferreira Ponte que se fez acompanhar pelos Vereadores: Fernando Jorge Ventura Moniz; Rui Manuel Maciel Costa d' Oliveira Ramos; Marco

Paulo da Silva Teixeira; Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo e Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado.

Estiveram presentes os cidadãos José Fernando Carneiro Sousa e Jorge Amaral Borges, moradores na freguesia de Nossa Senhora do Rosário que assistiram à sessão, tendo usado da palavra, no período de intervenção aberto ao público, o cidadão José Fernando Carneiro Sousa.

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que atendendo que foram enviadas cópias da acta aos membros representativos dos Partidos neste Órgão Deliberativo, que fosse dispensada a leitura da acta, o que foi aceite, por unanimidade.

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia colocou à aprovação de todos os membros a acta da primeira sessão ordinária, do dia 26 de Fevereiro de 2010.

A acta foi aprovada, por maioria, com uma abstenção da membro Susana Maria Goulart Pereira da Costa, porque faltou à referida sessão, dos vinte e dois membros presentes no plenário.

Procedeu depois, o Senhor Presidente da Assembleia, à exposição da correspondência recebida no período de 27 de Fevereiro a 27 de Abril de 2010 que se encontrou à disposição para consulta.

Pelos membros: Francisco Manuel Mendonça Vieira; Durval Carlos Simas Faria e Albertina Maria da Costa Oliveira foram recebidas comunicações, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 27 de Abril de 2010.

A Mesa considerou justificada as faltas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO:

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi apresentado o Voto de Congratulação, que abaixo se transcreve:

“Considerando a preocupação manifestada pelo Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos através de uma carta dirigida ao Município de Lagoa informando da intenção do Governo da República em reduzir o número de funcionários da Repartição de Finanças de Lagoa na ordem dos 60%, naquele que seria o primeiro passo num processo que levaria ao encerramento do Serviço de Finanças do

Concelho de Lagoa, desde o primeiro momento a Câmara Municipal de Lagoa manifestou a sua discordância com a pretensão do Governo da República.

De imediato a Câmara Municipal de Lagoa enviou uma carta de descontentamento ao Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores e ao Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais dando conta do impacto negativo que tal medida poderia provocar no Município, atendendo a que o Serviço de Finanças de Lagoa sempre se revelou um dos mais eficientes a nível da Ilha de S. Miguel, situação que se fica a dever à dedicação dos seus funcionários.

Considerando que o Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores endereçou uma carta à Câmara Municipal de Lagoa na qual garantia que não haverá redução do número de funcionários no Serviço de Finanças do Município de Lagoa, o que muito nos agrada para o bem da população lagoense e para o desenvolvimento do Concelho.

Considerando que esta medida foi tomada devido à pronta intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lagoa e do Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores junto do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, proponho à Assembleia Municipal a Atribuição de um Voto de Congratulação à Câmara Municipal de Lagoa e ao Governo Regional dos Açores.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Voto de Congratulação apresentado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

PROTESTO:

O membro Paulo Jorge Borges na sua intervenção deu as boas noites a todos os presentes e propôs à Assembleia Municipal em seu nome e dos membros: Leonel da Silveira; Rosa Borges e Pedro Monteiro o Protesto, cujo teor abaixo se transcreve:

“De acordo com o Art. 21 do Regimento desta Assembleia Municipal a Mesa da Assembleia é composta apenas por um Presidente que é o Presidente da Assembleia, um 1º secretário e um 2º secretário, não sendo pois justificável que o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal em exercido tenha assento na mesma, pois isto viola o disposto no Regimento.

Conforme o Art. 35 do Regimento a Câmara Municipal faz-se representar obrigatoriamente nas sessões da Assembleia mas definitivamente não pode fazer parte da Mesa.

Esteja pois com dignidade numa mesa separada e não contigua com a Mesa da Assembleia.

A regularização desta situação ilegal foi solicitada na reunião da Assembleia Municipal no dia 17 de Dezembro de 2009 e apresentado um protesto na reunião de 26 de Fevereiro de 2010.

Não tendo esta sugestão sido aceite pela Mesa, voltamos a protestar e a pugnar para que seja reposta a legalidade.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO:

O membro Paulo Jorge Borges apresentou à Assembleia Municipal em seu nome e dos membros: Leonel da Silveira; Cláudia Galego; Rosa Borges e Pedro Monteiro o Voto de Congratulação, que abaixo se transcreve:

“A 20 de Abril de 1920, nascia entre nós a Sociedade Filarmónica Lira do Rosário.

Desde a sua fundação, tem prestado ao Concelho de Lagoa prestigiosos préstimos, quer ao nível da cultura, quer ao nível da integração da própria juventude lagoense nos caminhos da música e da arte.

Tendo, desde a sua fundação, abrilhantado as mais variadíssimas cerimónias, A Sociedade Filarmónica Lira do Rosário foi ainda reconhecida como Instituição de Utilidade Pública a 20 de Maio de 1999.

Numa altura em que se comemora os seus 90 anos de actividade, propomos que se aprove um Voto de Congratulação pelos inestimáveis serviços prestados a bem do Concelho e dos Lagoenses em geral.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Voto de Congratulação apresentado.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO:

O membro Paulo Jorge Borges apresentou à Assembleia Municipal em seu nome e dos membros: Leonel da Silveira; Cláudia Galego; Rosa Borges e Pedro Monteiro o Voto de Congratulação, que abaixo se transcreve:

“Nos últimos anos o Dr. Mário Freitas, Médico de Saúde Pública, exerceu sensivelmente o cargo de Delegado de Saúde de Lagoa. Nesta sua passagem, lamentavelmente curta, deixou marca do seu elevado sentido de Serviço Público, bem como um elevado entendimento do que é a Saúde Pública, tendo a prevenção

sido sempre uma constante no seu trabalho. O seu Serviço foi uma mais-valia para o nosso Concelho, nomeadamente o seu desempenho face à Pandemia da Gripe A, na implementação do Plano de Prevenção e Contingência da Gripe A, na efectivação da Consulta do Viajante, porque se bateu por uma efectiva Saúde Pública no Concelho, porque pugnou pela oferta de mais e melhores serviços e cuidados de saúde a serem prestados pela Unidade de Saúde de Lagoa. Por estas e muitas outras razões, propomos que se aprove um Voto de Congratulação ao Dr. Mário Freitas, pelo Serviço prestado ao Concelho enquanto Delegado de Saúde do mesmo.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com seis votos contra dos membros: João Manuel Sousa; Gilberto Branquinho; Jorge Almeida; Filomena Carneiro; Norberto Ponte e Roberto Sousa e seis abstenções dos membros: Olga Soares; Eduíno Rego; André Almeida; Rodolfo Silva; Roberto Oliveira e Anabela da Silva Calisto, aprovar o Voto de Congratulação apresentado.

ASSUNTOS – VILA DE ÁGUA DE PAU:

O membro Roberto Sousa na sua intervenção sugeriu que seria bom informar os comerciantes do Concelho de Lagoa sobre quem votou a favor do Voto de Congratulação apresentado ao Dr. Mário Freitas que exerceu o cargo de Delegado de Saúde no Concelho de Lagoa. Endereçou parabéns à Câmara Municipal de Lagoa pela inauguração do Edifício do Museu do Presépio Açoriano e solicitou as seguintes informações:

- Qual o ponto de situação do processo do Auditório em Água de Pau;
- Quando se iniciem as obras da nova Escola de Água de Pau;
- O ponto de situação das obras do Porto da Caloura, que têm sido alvo de muitas preocupações por parte dos pescadores.

Por último, informou que no próximo dia 28 de Julho, se comemora o aniversário da elevação da Vila de Água de Pau, datada de 28 de Julho de 1515, e que naquela data será cedido o Edifício Sede da Junta de Freguesia de Água de Pau. Convidou todos os presentes nesta sessão a estarem presentes naquela cerimónia.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, deu as boas noites a todos os presentes na Assembleia Municipal e sobre o Voto de Congratulação, aprovado por maioria, com seis votos contra e seis abstenções, nesta Assembleia Municipal e proposto pelo PSD ao Dr. Mário Freitas, Médico de Saúde Pública, que exerceu o cargo de Delegado de Saúde de Lagoa, teceu os seguintes comentários: Se pudesse

ter votado teria votado contra porque em sua opinião, o Dr. Mário Freitas prestou um mau serviço ao Concelho de Lagoa. Apesar das suas capacidades foi muito infeliz na forma como exerceu o seu cargo. Recebeu várias pessoas na Câmara Municipal que manifestaram o seu descontentamento pela forma como foram tratadas pelo Dr. Mário Freitas enquanto exerceu o cargo de Delegado de Saúde de Lagoa que tratou mal as pessoas, ameaçou e faz chantagens. Acrescentou, que não tem nada pessoal contra o Dr. Mário Freitas mas como Delegado de Saúde do Concelho de Lagoa não vai deixar saudades, não está em causa a sua competência técnica, mas a sua maneira de intervir e como tratou os Lagoenses.

O que ele escreveu e continua a escrever sobre o Dr. Luís Arruda e sobre um colega da Praia da Vitória, em sua opinião, considera que não é digno de um colega de profissão. Nunca falou e não falará mais em relação a este assunto.

Acrescentou que enquanto Presidente da Câmara Municipal de Lagoa defende os Lagoenses e o que é melhor para o Concelho de Lagoa. A Câmara Municipal de Lagoa está disponível para colaborar com quem vier trabalhar para o Concelho de Lagoa em prol do desenvolvimento e do bem-estar do Concelho de Lagoa.

Sobre os pedidos de informação apresentados, o Senhor Presidente da Câmara informou o seguinte:

- A obra de construção do Núcleo Museológico Ferreira da Silva, em Água de Pau foi delegada, através de um contrato – programa, pela Câmara Municipal na Empresa Municipal de Lagoa. O projecto já se encontra concluído e no próximo mês de Junho prevê-se dar início ao processo do concurso público;
- O processo de concurso da obra de construção da Escola Básica EB 2,3 de Água de Pau encontra-se na Comissão de Análise, concorreram várias empresas, algumas foram excluídas e recorreram hierarquicamente. Aguarda-se a tramitação legal do processo;
- As obras do Porto da Caloura são de elevada complexidade e têm de ser garantidas a segurança das pessoas e bens, face à instabilidade da falésia. Houve uma reunião com os pescadores e há intenção por parte do Governo Regional dos Açores de limitar parte da zona da rampa e das casas de apetrechos. Foi solicitado um estudo para a nova configuração do uso da rampa, da 2ª fase das casas de apetrechos e a construção do 2º piso nas casas que não oferecem perigo. Espera-se que seja

apresentada uma solução que cumpra o relatório do Laboratório Regional de Engenharia Civil e responda às necessidades dos pescadores do Porto da Caloura. A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO:

A membro Filomena de Jesus da Costa Oliveira Carneiro apresentou à Assembleia Municipal o Voto de Congratulação, que abaixo se transcreve:

“Venho felicitar a Câmara Municipal de Lagoa (Açores), na pessoa do Sr. Presidente - Sr. Eng.º João Ponte - pela atribuição à antiga Travessa do Espírito Santo da nova toponímia - Rua Professor Leonel da Rosa da Silveira - a 10 de Abril do corrente mês, bem como a Medalha de Mérito Municipal, no dia 11 do mesmo mês - dia do Feriado Municipal desta Edilidade.

Até 1978, este dia nunca tinha sido comemorado e, graças ao Sr. Prof. Leonel, Presidente da Câmara no período de 1978 a 1980, o Concelho de Lagoa passou a comemorar o seu Feriado Municipal no dia 11 de Abril.

De facto não foi tarefa fácil.

Muito trabalhamos:

Foram desenvolvidas e dinamizadas várias iniciativas e actividades:

- 1 - Foi editado um livro alusivo às raízes e história do Concelho;
- 2 - Pela 1ª vez, foram tornadas públicas a música e letra do “Hino da Lagoa”;
- 3 - Oferecemos um cocktail aos convidados, tudo organizado pela equipa mais próxima do Presidente, ou seja, o pessoal implicado nos serviços da secretaria e alguns elementos da secção de obras – terminologias utilizadas naquela época;
- 4 - O edifício em questão sofreu a 1ª renovação dos últimos anos, designadamente em termos de manutenção das suas pinturas, quer interiores, quer exteriores e da decoração;
- 5 - Foram aproveitados espaços que até então, estavam desprovidos de vida e utilidade, nomeadamente a maior parte do seu rés-do-chão, onde só respirávamos humidade, devido à acumulação de fungos e outras bactérias, sendo características próprias de um espaço fechado e não arejado ao longo de décadas etc, etc

Todos achamos que este evento teve bastante sucesso, sendo que o Sr. Presidente ficou muito orgulhoso e agradecido à equipa que colaborou sem cessar neste âmbito.

Nesta época, tinha algum receio que o meu trabalho, enquanto escriturária camarária, não fosse ao encontro das expectativas criadas pelo Sr. Presidente, uma vez que a fasquia profissional que pendia sobre a minha pessoa era elevada.

É de referir que aprendi muito durante os anos que trabalhei ao lado deste Senhor.

O rigor, a disciplina, a organização, a pontualidade, o mérito e o orgulho profissional constituem os requisitos essenciais para a caracterização de um bom profissional, tendo sido todos eles transmitidos pelo supra mencionado Responsável Camarário.

Hoje, sinto que a minha evolução profissional, a qual exigiu um enorme esforço pós-laboral e, devido à inserção num agregado familiar, com as responsabilidades inerentes a uma mãe e esposa, foi iniciada pela persistência e exigência nas tarefas que me foram confiadas e propostas.

Um bem-haja pela aposta feita e só espero que o Sr. Prof. Leonel continue a dar o seu apoio e colaboração, no nosso Concelho, carente de pessoas com a disponibilidade, dedicação e inter ajuda, deste nosso já considerado conterrâneo, que muito tem feito pela nossa terra.

Agradeço, sobretudo, por me ter ensinado a dar os primeiros passos no mundo do trabalho, tão diferente do mundo de estudante, pela sua exigência e cariz específico.

Para terminar, desejo-lhe muitas felicidades e que, durante muitos anos, permaneça entre nós e nunca se esqueça que tem aqui uma **amiga do coração, que ao longo destes anos nunca se esqueceu e jamais se esquecerá de si.**

Um bem-haja e Muito Obrigada!"

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e aclamação aprovar o Voto de Congratulação apresentado.

RECOMENDAÇÃO:

O membro Vasco Garcia na sua intervenção lembrou que na sessão do passado mês de Fevereiro chamou a atenção para os impactos ecológicos causados pelas obras da SCUT. Neste sentido, apresentou uma recomendação que abaixo se transcreve:

"Tendo analisado detalhadamente as obras em curso, relativas às SCUTs, nas freguesias da Ribeira Chã e Água de Pau, nomeadamente nas obras que estão a ser efectuadas ao longo dos leitos de ribeira ou leitos torrenciais temporários, exprimo a minha profunda preocupação quanto às gravíssimas consequências que poderão advir da forma como estão a ser criados desequilíbrios geo-ecológicos, propiciadores

de cenário catastrófico em caso de alteração anormal da pluviosidade ou de fenómenos sísmicos potenciados por precipitação também anormal. O que está a ser feito é contra todas as regras da ecologia e do ordenamento, recomendando, na minha qualidade de catedrático com mais de 30 anos de experiência em Ecologia Aplicada que sejam tomadas urgentes medidas para inverter tão grave situação.”
A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

ASSUNTOS – FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO:

O membro Norberto Ponte recordou o episódio que se passou com o Dr. Mário Freitas na Assembleia Municipal, no anterior mandato, e comentou que, em sua opinião, o Dr. Mário Freitas não teve um bom desempenho enquanto Delegado de Saúde de Lagoa. Em relação a dois assuntos, levantados pelo Dr. Mário Freitas, respeitantes à saúde pública do Concelho, nomeadamente, os cheiros provocados pela Empresa de Suinicultura no Cabouco, os mesmos continuam a existir e o abaixo-assinado "Lagoa, por um Centro de Saúde Autónomo" nunca chegou à Assembleia Legislativa Regional e opinou que foi mais um processo que ficou pelo caminho.

Sobre a freguesia de Nossa Senhora do Rosário o membro Norberto Ponte apresentou as seguintes questões:

- Qual a situação actual dos Núcleos Museológicos no Concelho da Lagoa: Oficina de Tanoaria e Tenda do Ferreiro Ferrador. Referiu que em tempos estes Núcleos Museológicos faziam parte do Roteiro Turístico do Concelho de Lagoa;
- Sobre a intervenção nos passeios da freguesia de Nossa Senhora do Rosário questionou se os trabalhos estão concluídos, nomeadamente, na Rua 25 de Abril. Expôs que a Câmara Municipal deveria alertar a PSP para a situação de abuso de viaturas estacionadas em cima dos passeios;
- Qual é o ponto de situação das obras do Tecnoparque;
- Gostaria ainda de saber se a Câmara vai fazer alguma intervenção nos Campos de Jogos, atendendo que não cumpre as distâncias mínimas de segurança em relação aos muros de divisória.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou o seguinte:

- A Câmara Municipal estabeleceu um Protocolo com os proprietários daqueles Núcleos Museológicos para os manter em funcionamento e os mesmos estão acessíveis ao público, mediante a marcação antecipadamente das visitas. No

passado houve a intenção de adquirir aqueles dois espólios mas não houve abertura por parte dos proprietários. Todos os Núcleos Museológicos no Concelho da Lagoa constam do Roteiro Cultural do Município de Lagoa;

- A obra de beneficiação dos passeios na Zona Histórica do Rosário foi acompanhada pela Fiscalização e pela Câmara Municipal. Sobre os passeios da Rua 25 de Abril a Câmara Municipal entendeu não executar aquele troço e reestruturar o processo. A Câmara Municipal já alertou a PSP para a situação de abuso de estacionamento nos passeios mas as pessoas não respeitam a sinalização. Mais informou que alguns problemas serão solucionados com a colocação de delimitadores nos passeios;

- Os trabalhos no Tecnoparque tiveram um desenvolvimento lento, devido a dificuldades na aquisição de alguns terrenos pelo processo normal, pelo que, foi necessário dividir o loteamento em duas fases. Os trabalhos já reiniciaram, decorrem a um ritmo normal e por parte do Governo Regional já foi assinado o Contrato ARAAL do apoio financeiro à obra de Construção das Caves do Parque Tecnológico de S. Miguel;

- Relativamente aos Campos de Jogos, esclareceu que esta situação resulta das recentes alterações impostas pela Federação Portuguesa de Futebol que não permite as actuais distâncias verificadas entre as linhas laterais e o respectivo muro que separa as bancadas do relvado. Esta é uma questão técnica, pois os Campos de Jogos estão licenciados para a prática desportiva e a Câmara Municipal não se irá responsabilizar por esta questão de ordem técnica. Ou os Clubes resolvem esta situação ou então o Governo Regional dos Açores terá que tomar uma atitude em relação a esta posição.

O Santiago Futebol Clube só terá este problema nos jogos para a Taça de Portugal. A manter-se esta situação o Clube Operário Desportivo terá de jogar na próxima época no Estádio de São Miguel.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

RECOMENDAÇÕES:

O membro Paulo Jorge Borges questionou o ponto de situação sobre as Recomendações apresentadas na última sessão, relativamente, à Participação Variável dos Municípios no IRS e sobre a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores (ERSARA).

O Senhor Presidente da Assembleia, informou que o assunto da Participação Variável dos Municípios no IRS foi remetido à Assembleia da República e o assunto da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores (ERSARA) foi remetido à Assembleia Regional e não há novas informações sobre os assuntos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PERÍODO ORDEM DO DIA:

PONTO Nº 1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE CAMARÁRIA:

O Senhor Presidente da Assembleia apresentou para apreciação a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a actividade do Município, bem como a informação da situação financeira, documentos que foram disponibilizados a todos os membros da Assembleia Municipal.

O membro Paulo Jorge Borges comentou que a Informação das Actividades Desenvolvidas apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara continua a apresentar os mesmos erros.

Expôs o membro Paulo Jorge Borges que nas inaugurações acontece sempre o descerramento de uma placa de inauguração, como aconteceu recentemente na inauguração do Edifício do Museu do Presépio Açoriano e referiu que tem constatado que a placa de inauguração do Edifício dos Paços do Concelho, tem se encontrado tapada e, em sua opinião, as placas devem se manter sempre visíveis.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que esta situação ocorreu devido à Exposição "Sociedade Filarmónica Lira do Rosário – Uma tradição com 90 anos" que decorre nos Paços do Concelho, pelo que, após a Exposição a placa será destapada.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PONTO Nº 2 – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2009:

Foi presente à Assembleia Municipal pela Câmara Municipal os Documentos de Prestação de Contas de 2009, dos quais consta que a receita arrecadada durante o ano foi de € 12.906.117,18 (doze milhões novecentos e seis mil cento e dezassete euros e dezoito cêntimos) e de € 505.541,32 (quinhentos e cinco mil quinhentos quarenta e um euros e trinta e dois cêntimos) esta referente a Operações de

Tesouraria, que com o saldo do ano anterior no montante de € 359.303,21 (trezentos e cinquenta e nove mil trezentos e três euros e vinte e um cêntimos), incluindo Operações de Tesouraria, perfaz a totalidade de € 13.770.961,71 (treze milhões setecentos e setenta mil novecentos sessenta e um euros e setenta e um cêntimos).

A despesa efectuada durante o mesmo período foi no montante de € 12.860.902,65 (doze milhões oitocentos e sessenta mil novecentos e dois euros e sessenta e cinco cêntimos) e de Operações de Tesouraria de € 532.111,18 (quinhentos trinta e dois mil cento e onze euros e dezoito cêntimos), do que resulta um saldo positivo no valor de € 377.947,88 (trezentos setenta e sete mil novecentos e quarenta e sete euros e oitenta e oito cêntimos), também inclui Operações de Tesouraria.

Os documentos de prestação de contas, encontrando-se integralmente elaborados, conforme dispõe a Resolução nº 4/2001 – 2ª Secção de 18 de Agosto do Tribunal de Contas.

O membro Vasco Garcia referiu que na sessão do passado mês de Dezembro fez reparos ao Orçamento Camarário para o ano de 2010 e que agora renova estas preocupações, pois considera que os Documentos de Prestação de Contas de 2009 apresentam alguns desequilíbrios, designadamente: a baixa execução orçamental; as dívidas a terceiros que, em 2009, aumentaram três vezes mais, em relação a 2006; a rubrica respeitante ao Ordenamento do Território cuja taxa de execução foi de 9,12% e a rubrica Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza que apresenta uma taxa de 24,41%. Conclui considerando que o documento em apreço apresenta uma má prática de gestão.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu que foram abordadas um conjunto de observações mas a execução orçamental apresentada vem na mesma linha de outros anos anteriores. Face aos dados do "Anuário Financeiro dos Municípios" apresentado pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas o Município de Lagoa encontra-se entre aqueles que apresentam uma taxa média de execução orçamental.

Referiu ainda que não se pode comparar isoladamente os valores da dívida a terceiros, de 2006 com 2009, tem que se avaliar com o indicador do investimento e tem que se ter em consideração que a situação Financeira dos Municípios alterou-se muito nos últimos dois anos.

Destacou ainda outro factor importante que foram a redução das receitas face a anos anteriores, justificada pelo contexto de crise económica e financeira que se viveu no ano de 2009, nomeadamente, com a arrecadação de receitas provenientes de impostos; taxas de loteamentos e obras e as transferências da Administração Central – Participação Variável no IRS.

Mais referiu que neste quadro de grande dificuldade, por parte dos Serviços da Câmara Municipal foi feito um grande esforço no sentido de se proceder a avaliações e registos de bens que ainda não se encontravam inventariados no Património do Município de Lagoa.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou um elogio público aos Serviços da Câmara Municipal de Lagoa, pelo esforço que desenvolveram com todo o trabalho na área do Património Municipal.

O membro Vasco Garcia referiu que a Câmara Municipal tem apresentado Orçamentos sobrevalorizados.

O membro Paulo Jorge Borges questionou quem foram os responsáveis pela elaboração do Orçamento da Câmara Municipal e repetiu o referido pelo membro Vasco Garcia que os Orçamentos apresentados são sempre empolados.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu que os membros do PSD têm seis meses para nos dizer como se deve apresentar uma proposta de Orçamento.

O membro Paulo Jorge Borges referiu que quem ganhou as eleições com 66% foram os membros do Partido Socialista e portanto têm a obrigação de governar e governar bem e não a oposição.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, respondeu que os membros eleitos pelos Partidos da Oposição podem sempre apresentar propostas.

O membro Vasco Garcia invocou que no futuro a política orçamental da Câmara Municipal se deve aproximar o mais possível da realidade.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, concluiu que a Câmara Municipal de Lagoa fez investimento e pelas razões que já foram explicadas não foi possível efectuar pagamentos.

A membro Anabela da Silva Calisto ausentou-se da sessão, por motivos pessoais.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal determinou que se passasse à apreciação e votação, tendo os documentos de Prestação de Contas respeitante ao período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro do ano de 2009 sido apreciados e

votados, por maioria, com quatro votos contra dos membros: Leonel da Silveira; Cláudia Galego; Paulo Jorge Borges e Pedro Monteiro e três abstenções dos membros: Vasco Garcia; Rosa Borges e Roberto Oliveira dos vinte e um membros presentes, de acordo com o disposto na alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Verificou-se que os documentos em apreciação acusavam na receita € 12.906.117,18 (doze milhões novecentos e seis mil cento e dezassete euros e dezoito cêntimos) e de despesa de € 12.860.902,65 (doze milhões oitocentos e sessenta mil novecentos e dois euros e sessenta e cinco cêntimos), acusando um saldo de € 169.572,10 (cento sessenta e nove mil quinhentos setenta e dois euros e dez cêntimos). Em Operações de Tesouraria registou-se de entradas de fundos o valor de € 505.541,32 (quinhentos e cinco mil quinhentos quarenta e um euros e trinta e dois cêntimos) e com o saldo de € 234.945,64 (duzentos trinta e quatro mil novecentos quarenta e cinco euros e sessenta e quatro cêntimos) perfaz a quantia de € 740.486,96 (setecentos quarenta mil quatrocentos oitenta e seis euros e noventa e seis cêntimos), de saídas registou-se um montante de € 532.111,18 (quinhentos trinta e dois mil cento e onze euros e dezoito cêntimos), apresentando um saldo de € 208.375,78 (duzentos e oito mil trezentos e setenta e cinco euros e setenta e oito cêntimos) e acusando a Conta de Documentos um saldo de € 44.347,51 (quarenta e quatro mil trezentos quarenta e sete euros e cinquenta e um cêntimos).

Foi também presente o Relatório de Actividades e Gestão do ano findo, que depois de devidamente apreciado, foi votado por maioria, com quatro votos contra dos membros: Leonel da Silveira; Cláudia Galego; Paulo Jorge Borges e Pedro Monteiro e três abstenções dos membros: Vasco Garcia; Rosa Borges e Roberto Oliveira dos vinte e um membros presentes.

Na sequência do Relatório de Actividades e Gestão e Documentos de Prestação de Contas de 2009, foi pela Câmara apresentada a seguinte proposta:

Nos termos do ponto 2.7.3.3, do Decreto - Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, quando houver saldo positivo na conta 59 "Resultados Transitados", o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

- a) Reforço do Património;
- b) Constituição ou Reforço de Reservas

Refere, ainda, o ponto 2.7.3.5 que deve constituir-se o reforço anual da conta 57.1 "Reservas Legais", no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Assim, para cumprimento dessa norma legal, a Câmara Municipal de Lagoa, propõe que o Resultado Líquido do Exercício, no montante de € 651.108,75 (seiscentos cinquenta e um mil cento e oito euros e setenta e cinco cêntimos) seja aplicado da seguinte forma:

Reservas Legais: € 32.355,44

Reforço do Património: € 618.753,31.

A Assembleia Municipal aprovou, por maioria, com quatro votos contra dos membros: Leonel da Silveira; Cláudia Galego; Paulo Jorge Borges e Pedro Monteiro e três abstenções dos membros: Vasco Garcia; Rosa Borges e Roberto Oliveira dos vinte e um membros presentes, a proposta de aplicação de Resultados Líquidos do Exercício de 2009, de acordo com o disposto no ponto 2.7.3.1 do Decreto – Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro. Os documentos acima mencionados foram assinados e rubricados em todas as folhas pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal, a fim de evitar a sua transcrição em acta, conforme determina o artigo 5º do Decreto - Lei nº 45 362, de 21 de Novembro de 1963, na sua actual redacção, dada pelo Decreto - Lei nº 334/82, de 19 de Agosto.

PONTO Nº 3 – PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – EXERCÍCIO DE 2009 - EML - EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO URBANA E AMBIENTAL E HABITAÇÃO SOCIAL DE LAGOA, EM:

Para conhecimento da Assembleia Municipal foram presentes os seguintes documentos apresentados pela EML - Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social da Lagoa, E.M., referentes ao Exercício de 2009:

- Balanço
- Demonstração dos Resultados
- Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Certificação Legal das Contas

- Relatório do Conselho de Administração

- Parecer do Órgão de Fiscalização.

Igualmente foram apresentados o Relatório e Contas 2009 da Sociedade Anónima, Portas da Lagoa – Sociedade de Desenvolvimento de Lagoa, S.A.

O membro Paulo Jorge Borges apresentou e leu a Declaração subscrita pelos membros: Leonel da Silveira; Paulo Jorge Borges e Rosa Borges que abaixo se transcreve e que se anexa à presente acta:

“Depois de uma consulta exaustiva dos elementos fornecidos sobre o exercício das actividades desenvolvidas pela Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social de Lagoa, EM (EML) apraz-nos tecer algumas considerações.

Conforme já referimos em outras ocasiões o exercício bem como a própria EML, nos moldes actuais, não seguem um figurino que nos pareça o mais adequado. Efectivamente, é nosso parecer que há, sem justificação plausível, um esvaziar de competências e até de actividades Camarárias em prol da EML, aparentemente negligenciando a competência do quadro de efectivos que com profissionalismo em diversas áreas, tem ao longo dos anos assegurado de forma eficaz os destinos do Concelho. A título de exemplo, e nesta lógica, merece ser referido o facto dos custos crescentes inerentes ao exercício, referentes a despesas de instalação, senhas de presença e logística, serem claramente custos supérfluos, escusados até, imputados aos Lagoenses desnecessariamente.

O impasse financeiro resultante da actual crise financeira mundial leva a que, de uma forma adulta, se encare a diminuição de toda a actividade económica, fazendo-nos concluir que o despesismo tão popular de tempos recentes seja encarado hoje, como uma afronta às dificuldades claramente existentes no seio das nossas famílias e pequenas empresas.

Porém, sendo a existência da EML ser um facto consumado, é nosso entender que a Câmara Municipal de Lagoa e a EML deveriam tentar maximizar recursos, de forma a rentabilizar todos os custos inerentes às actividades que hoje são desenvolvidas pelas duas entidades. Tal situação não tem ocorrido com a frequência desejada, como demonstra toda a documentação referente à EML. A EML surge hoje como o parceiro dos projectos e dos endividamentos de médio e longo prazo, fazendo-nos crer que o actual poder em exercício, em nada se comove em imputar aos nossos filhos custos de decisões tomadas sem a devida ponderação.

Mais uma vez alertamos para que sejam adoptados critérios sensíveis, de serenidade e precaução, para que esta geração que detém hoje o poder, não seja recordada por um legado de despesismo, de irresponsabilidade e de quem hipotecou o futuro próximo dos filhos dos seus conterrâneos.”

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu que a Empresa Municipal de Lagoa foi criada com o objectivo da construção do Tecnoparque, nas condições legais permitidas na altura. Foi uma decisão acertada na altura e com um projecto que poderá representar muito para o Concelho de Lagoa. Hoje a situação do país alterou-se e o enquadramento é diferente. Foi entendido descentralizar serviços da Câmara Municipal na Empresa Municipal de Lagoa mas o seu principal objectivo é o desenvolvimento do Tecnoparque.

O membro Vasco Garcia questionou qual o valor da dívida da Empresa Municipal de Lagoa e solicitou informação sobre o valor das senhas de presença nas reuniões da dita Empresa Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que o valor de endividamento da Empresa Municipal de Lagoa ronda os oitocentos mil euros e a Empresa Municipal tem a seu cargo, a construção de três obras importantes para o Concelho de Lagoa: Construção da Pousada da Juventude; Construção do Núcleo Museológico Ferreira da Silva, em Água de Pau e a Requalificação Urbanística da Baixa d’ Areia, na Caloura.

Esclareceu ainda que as senhas de presença dos Vogais do Conselho de Administração da Empresa Municipal de Lagoa são no valor de 400,00 € (quatrocentos euros) por reunião do respectivo Conselho de Administração e que não se justificam pela mera comparência nas reuniões, mas por todo o trabalho desenvolvido nas funções da Empresa Municipal de Lagoa e pela compensação das responsabilidades de gestão que resultam do cargo que exercem.

O membro Paulo Jorge Borges questionou se essas pessoas são voluntárias.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que os membros do Conselho de Administração da Empresa Municipal de Lagoa foram convidados pela sua competência e experiência técnica para o cargo, tendo os mesmos aceitado.

O membro Vasco Garcia comentou que lhe faz confusão que os Vogais do Conselho de Administração da Empresa Municipal têm outro serviço.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PONTO Nº 4 – 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2010:

Pela Câmara Municipal foi presente a 1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, de acordo com o que preconiza o Decreto – Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na sua actual redacção.

Criação da Receita:

Reposições não abatidas nos pagamentos

150101 - Reposições não abatidas nos pagamentos – 274,00 €

Saldo da gerência anterior

160101 – Na posse do Serviço – 169.572,00 €

Inclusão de novos projectos:

0502 Obj/Prog.- 0103 090702 – Empresa Municipal – 1.000,00 €

1001 Obj/Prog.- 0102 07010399 – Remodelação dos Sanitários do Jardim dos Anjos – Água de Pau – 5.000,00 €

1112 Obj/Prog.- 0102 07010301 – Construção da Sede dos Escuteiros de Santa Cruz – 15.000,00 €

0203 Obj/Prog.- 0103 080701 – Transferência para a Associação de Império da Santíssima Trindade do Cabo da Vila – Apoio à Construção da Sede – 1.000,00 €

Reforços:

0102 0103050202 – Segurança Social – Regime Geral – 40.000,00 €

0102 07010399 – Outros Edifícios – 107.846,00 €

Foi pelo Senhor Presidente da Assembleia posta à votação, a 1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, tendo a Assembleia sobre o referido documento, deliberado, por maioria, com três votos contra dos membros: Cláudia Galego; Paulo Jorge Borges e Pedro Monteiro e três abstenções dos membros: Vasco Garcia; Leonel da Silveira e Roberto Oliveira, dos vinte e um membros presentes:

1º Aprovar a 1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, no montante de € 169.846,00 (cento e sessenta e nove mil oitocentos e quarenta e seis euros) de acordo com o que preconiza a alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

2º Rubricar todas as folhas, dispensando a sua transcrição em acta, de acordo com o Decreto-Lei nº 45 362 de 21 de Novembro de 1963, com a nova redacção dada ao artigo 5º pelo Decreto-Lei nº 334/82, de 19 de Agosto;

3º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 5 – PROPOSTA – EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO:

Pela Câmara Municipal, foi presente o pedido de autorização para a Câmara Municipal contrair o empréstimo de curto prazo, no valor de 590.000,00 € (quinhentos e noventa mil euros), de acordo com a Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro e a Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

O membro Vasco Garcia questionou quais as condições do referido empréstimo e qual a taxa de juro.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que após a autorização da Assembleia Municipal será solicitado às Instituições Bancárias a apresentação de uma proposta para a contracção do referido empréstimo, pelo prazo de um ano.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e um membros presentes:

1º Autorizar a Câmara Municipal a contrair o empréstimo de curto prazo, no valor de 590.000,00 € (quinhentos e noventa mil euros), de acordo com a alínea d) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

2º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 6 – PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA DO MUNICÍPIO DE LAGOA (AÇORES):

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta de Regulamento Municipal de Toponímia do Município de Lagoa (Açores), acompanhado da informação dando conhecimento que o período de apreciação pública para recolha de observações e sugestões, sobre a referida Proposta de Regulamento, terminou sem que dela tivessem resultado quaisquer reclamações, observações ou sugestões.

O membro Paulo Jorge Borges congratulou-se pelo facto da Câmara Municipal ter implementado uma das medidas propostas pela lista do PSD na última campanha eleitoral.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte e um membros presentes:

1º Aprovar o Regulamento Municipal de Toponímia do Município de Lagoa (Açores), nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

2º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 7 – PROPOSTA PARA INTEGRAÇÃO DO MUNICÍPIO NA EMPRESA INTERMUNICIPAL DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA ILHA DE SÃO MIGUEL – EIM:

Pela Câmara Municipal foi presente o processo de constituição da Empresa Intermunicipal de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha de São Miguel - EIM, acompanhado da Apresentação do Plano de Negócios e da minuta dos Estatutos.

O membro Roberto Oliveira questionou se o Pessoal da Câmara Municipal dos Serviços de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos será integrado na Empresa Intermunicipal de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha de São Miguel – EIM. O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, esclareceu que o Pessoal dos Serviços de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos continuou vinculado à Câmara Municipal.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com duas abstenções dos membros: Paulo Jorge Borges e Pedro Monteiro, dos vinte e um membros presentes:

1º Autorizar a integração do Município de Lagoa na Empresa Intermunicipal de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha de São Miguel - EIM, de acordo com a alínea m) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

2º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 8 – DESIGNAÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DA ELEVAÇÃO DO LUGAR DE ATALHADA A FREGUESIA:

Pela Câmara Municipal foi presente o processo para designação de quatro Membros da Assembleia Municipal, (estando representados todos os partidos políticos com assento neste órgão), para integrar a respectiva Comissão de Avaliação da Elevação do Lugar de Atalhada a Freguesia.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte e um membros presentes:

1º Designar os seguintes Membros (estando representados todos os partidos políticos com assento neste órgão) para integrar a respectiva Comissão de Avaliação da Elevação do Lugar de Atalhada a Freguesia:

- Eduíno Manuel da Ponte Rego;
- André Carvalho Almeida;
- Vasco Manuel Verdasca da Silva Garcia;
- Roberto Manuel Sousa Oliveira;

2º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 9 – OUTROS:

PEDIDO:

O membro Paulo Jorge Borges entregou o pedido que abaixo se transcreve:

“No âmbito das minhas funções de deputado municipal desta Assembleia, solicitei na reunião de 17 de Dezembro de 2010 o Plano de Emergência e Protecção Civil do Concelho, bem como o Projecto para a Reabilitação do Portinho de São Pedro.

Igualmente no âmbito das minhas funções de deputado municipal desta Assembleia, solicitei na reunião de 26 de Fevereiro de 2010 o Projecto para a Avenida do Mar/Lagoa de Baixo.

Como até à data não recebi, nem o Plano de Emergência e Protecção Civil do Concelho, nem o Projecto para a Reabilitação do Portinho de São Pedro, nem o Projecto para a Avenida do Mar/Lagoa de Baixo, venho mais uma vez solicitar os referidos Projectos e Plano.”

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que o Projecto para a Avenida do Mar/Lagoa de Baixo foi disponibilizado electronicamente com os documentos para esta sessão da Assembleia Municipal. O Projecto para a Reabilitação do Portinho de São Pedro encontra-se em fase de avaliação interna.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu o período de intervenção ao público e passou a palavra ao cidadão José Fernando Carneiro Sousa.

No uso da palavra, o cidadão José Fernando Carneiro Sousa referiu que a sua presença nas sessões da Assembleia Municipal está relacionada com o funcionamento do Armazém de Gás, sito à Travessa Padre João Furtado Pacheco, na freguesia de Nossa Senhora do Rosário, que contraria o disposto na Portaria nº 451/2001, de 5 de Maio, que aprova o Regulamento de Segurança relativo à Construção, Exploração e Manutenção dos Parques de Garrafas de Gases de Petróleo Liquefeitos (GPL).

Acrescentou ainda o cidadão José Fernando Carneiro Sousa que tem que haver a mesma postura em todos os processos.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do cidadão José Fernando Carneiro Sousa.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Sem mais assuntos a tratar, sendo vinte e duas horas e trinta minutos, foi dada por encerrada esta sessão pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e para constar foi lavrada a presente acta, que depois de lida e aprovada será assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

O SEGUNDO SECRETÁRIO
